

DEMOCRACIA E FEMINISMO NO BRASIL

*Lucila SCAVONE**

RESUMO: Este texto reporta-se à história do feminismo no que concerne aos períodos da ditadura militar (1964-1985): anos de chumbo, transição democrática, retorno à democracia. Apresenta a trajetória do movimento feminista que nessa época se consolida tanto em âmbito organizacional, estatal, como político e que com suas reivindicações próprias representa um dos atores de peso no processo de democratização. Refere-se às trocas de experiências feministas, até mesmo com brasileiras exiladas, que resultaram em contatos com outros movimentos sociais emergentes: mulheres da periferia, negros e homossexuais. Esse direcionamento do movimento feminista definiu suas ações em duas grandes áreas, relacionadas à formulação de políticas sociais e ampliação do debate sobre a democratização: a saúde reprodutiva e a violência contra as mulheres, o que levou o movimento em direção às classes populares, desprovidas de direitos à saúde e de direitos à assistência contra os danos da violência. Nomeia ganhos não desprezíveis para as mulheres e a democracia brasileiras como resultado da resistência ao autoritarismo dos anos da ditadura militar, dos diálogos internacionais e com outros movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Feminismo. Ditadura Militar. Brasil.

Introdução

A história do feminismo contemporâneo brasileiro remete-nos à conjuntura política, econômica, cultural do período em que emergiram e se desenvolveram a

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - lucsca@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4330-018>.

ditadura militar, a transição democrática e o retorno à democracia, como também a ação política das mulheres neste percurso.

Remontam ao primeiro período democrático da história política brasileira (1945-1964), após a queda de Getúlio Vargas em 1945, os antecedentes da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

O primeiro período do governo Vargas (Era Vargas) abrangeu 15 anos ininterruptos (1930-1945), durante o qual Getúlio Vargas governou sem partido e que compreendeu, inicialmente, o Governo Provisório da Revolução de 1930 (1930-1934), a seguir ele foi eleito pela Assembleia Constituinte (1943-1937), que promulgou nova Constituição, e, entre 1937 e 1945, período conhecido como Estado Novo, ele governou como ditador. Considerado como o pai dos pobres, incorporou os trabalhadores à sociedade por uma política populista apoiada nos direitos sociais – trabalhistas e previdenciários –, mas que não asseguravam aos trabalhadores liberdade para realizarem ações políticas e sindicais independentes. No Brasil, na Argentina, no Peru, o populismo implicou uma relação ambígua entre cidadãos e Governo, a “antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (CARVALHO, 2001, p. 126).

Em 1945, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD) foi eleito presidente da República (1946-1951) pelo voto direto, o que significou um passo no processo de redemocratização e a ruptura com a ditadura do Estado Novo. Era o início de um regime democrático que duraria 19 anos, sobrevivendo em meio a diversas crises políticas. Entre 1945 e 1964 ocorreu “liberdade de imprensa e da organização política”, com eleições regulares em todos os níveis da República e a criação e funcionamento de diversos partidos políticos, que foram interrompidos com o golpe militar de 1964 (CARVALHO, 2001, p. 127). Vargas retornou ao poder eleito (1951-1954) pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e teve João Goulart (Jango), também do PTB, como ministro do Trabalho (1953-1954), alvo das críticas da oposição, pela sua política trabalhista e sindical. Demitiu-se e os ministros militares exigiram, também, a renúncia de Vargas, que em 1954 escolheu o suicídio à capitulação. “O choque de forças que levou ao seu suicídio resolveu-se apenas com o golpe militar de 1964” (CARVALHO, 2001, p. 131).

Nos dez anos que antecederam o golpe da ditadura militar, o Brasil teve como presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), do PSD, que cumpriu seu mandato integralmente e cujo vice-presidente foi João Goulart. Jango garantiu as boas relações dos sindicatos com o governo; foi o período em que o salário mínimo (instituído em 1940) alcançou seus índices mais altos (CARVALHO, 2001, p. 132). Ao mesmo tempo realizou com êxito, nesse período, uma política trabalhista

conciliatória entre os diferentes interesses em jogo, o que deu continuidade à política varguista (SKIDIMORE, 1982, p. 213).

Juscelino foi apoiado por uma aliança entre os dois partidos criados no fim do Estado Novo por Vargas: o PSD, de proprietários rurais e oligarquias interioranas, e o PTB, da classe operária e sindical urbana varguista. As elites políticas conservadoras, civis e militares, representantes da velha oligarquia rural – que se identificavam com a internacionalização econômica e com o anticomunismo –, estavam concentradas no partido da União Democrática Nacional (UDN) e formavam a maioria das forças antivarguistas (CARVALHO, 2001, p. 130-131).

O nacionalismo desenvolvimentista adotado por Juscelino - que gerou uma alta taxa de crescimento econômico e de urbanização do país – foi fundamentado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e inspirado na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Opunha-se ao nacionalismo militar de direita gerado na Escola Superior de Guerra (ESG) que deu base à doutrina de Segurança Nacional, utilizada para justificar os atos discricionários da ditadura militar pós-64 (SKIDIMORE, 1982, p. 222).

Jânio Quadros (1961-1961), filiado à UDN, partido historicamente antivarguista, foi o presidente vitorioso na sucessão de Juscelino. Entretanto, o vice-presidente eleito foi João Goulart, apoiado pela aliança da oposição PSD/PTB: “o país ficou na situação de ter um presidente e um vice-presidente eleitos por forças contraditórias”¹ (CARVALHO, 2001, p. 134). Essa situação, somada ao estilo político personalista de Jânio Quadros e à situação econômica provocada pela inflação acelerada, causou instabilidade no governo.

A renúncia de Jânio, oito meses após sua investidura, com provável intenção golpista gerou uma grave crise político-institucional e o país esteve próximo de uma guerra civil. O Exército se dividiu: os ministros militares vetaram a posse de Jango – que estava em visita oficial à China – e tiveram o apoio das forças antigetulistas, conservadoras e anticomunistas. Considerado herdeiro de Vargas, eles temiam um golpe semelhante ao de Perón, na Argentina. Além disso, suas ligações com os sindicatos e as causas trabalhistas o identificavam, também, com o populismo mais radical e, por consequência, com o comunismo.

Em contrapartida, os setores legalistas militares (o comando do III Exército, do Rio Grande do Sul) mais as forças populistas, da esquerda moderada e radical, apoiavam sua posse². A solução do parlamentarismo, dada pelo Congresso, garantiu a investidura de Jango em setembro de 1961, mas, não se sustentou. Submetido

¹ A Constituição de 1946, em vigor, não vinculava a escolha do presidente a de seu vice. O mandato presidencial era de cinco anos, não reelegível.

² Estava claro na Constituição de 1946 que na vacância do cargo da Presidência o vice assumiria. Entre os radicais encontrava-se Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul, cunhado de Jango e figura de destaque na “luta pela legalidade” (CARVALHO, 2001, p. 143).

a um plebiscito, o parlamentarismo foi derrotado e Jango recuperou os poderes presidenciais em janeiro de 1963 até fim de março de 1964.

Nesse período, as forças políticas em jogo se radicalizaram. À direita: civis e militares, empresários nacionais e estrangeiros, deputados conservadores, proprietários rurais, parte da hierarquia da Igreja católica conspiravam. A Escola Superior de Guerra (ESG) havia preparado militares e técnicos antivarguistas para um provável governo e produzido, também, estudos sobre os principais problemas nacionais. Aproximou-se das lideranças empresariais nacionais e estrangeiras agregadas em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que apoiavam o capitalismo e o anticomunismo. Essas forças tramavam a queda de Jango com o apoio do governo norte-americano. A ameaça comunista, efeitos da

À esquerda se mobilizavam: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) do Congresso, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP), estes três últimos apoiados pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). A Igreja católica ficou dividida entre os progressistas e os conservadores. Os progressistas, fundamentados na Teologia da Libertação, atuavam na busca da melhoria da população pobre.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), na clandestinidade desde 1947, apoiava alguns desses movimentos, assim como suas dissidências maoistas. Na zona rural, a organização das ligas camponesas, sob a direção de Francisco Julião, desde 1960, com apoio de Cuba, constituía-se em uma ameaça para os proprietários rurais. A demanda das reformas de base – agrária, educacional, fiscal, eleitoral – mobilizava a esquerda, que de fato tinha um apoio popular limitado e pressionava Jango a tomar uma posição política mais definida (CARVALHO, 2001).

As questões da reforma agrária e eleitoral³, da aceleração vertiginosa da inflação, além da queda dos investimentos estrangeiros no país, criaram um clima político social que acelerou a crise. Jango, indeciso, tenta um golpe contra seus adversários: solicita ao Congresso o estado de sítio, mas, sem o apoio da esquerda e dos moderados, recua. Líder sem o carisma e a astúcia política de seu patrono, Jango oscilava entre seguir as pressões da esquerda moderada ou radical, mas, por fim, decidiu-se pela defesa das reformas de base (CARVALHO, 2001). Em um grande comício no dia 13 de março de 1964, Jango, ao lado do seu ministro da Guerra, defende as reformas de base e anuncia dois decretos polêmicos: um de desapropriação de terras ociosas; outro que encampava as refinarias de petróleo particulares. Com tais medidas Jango desafiava o Congresso Nacional, de maioria conservadora.

³ Na Reforma Eleitoral estava em pauta a proibição do voto aos analfabetos e aos soldados, que persistia desde a Constituição de 1934. Em 1950, 57% da população era analfabeta (CARVALHO, 2001).

A tensão social foi crescente, a direita contra-atacou com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais as mulheres tiveram um papel proeminente. A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) – e de outras organizações semelhantes, que se formaram no país naquele momento – defendia os princípios da família e da propriedade, por meio dos valores católicos tradicionais. O objetivo era fortalecer a luta contra o governo e conseguir maior apoio popular. Esposas, mães, filhas, parentes de empresários ou políticos conservadores foram às ruas, com o terço nas mãos, engrossar a ladainha anticomunista⁴.

Os impasses políticos agravaram-se ainda com a rebelião dos marinheiros por melhores condições de trabalho, a qual recebeu o apoio do presidente. O líder dos marinheiros, o cabo Anselmo, “foi posteriormente identificado como agente da *Central Intelligence Agency* (CIA) americana, tendo cooperado com os órgãos de repressão durante os governos militares” (CARVALHO, 2001, p. 143). Em meio à maior crise militar de seu governo, Jango participou de uma reunião dos sargentos e suboficiais das Forças Armadas, em que proferiu discurso inflamado, transmitido em rede nacional de televisão. Foi o estopim para sua queda.

Apesar de Jango ter montado um dispositivo militar, ao colocar em posições-chave do Exército seus correligionários, para se preparar para um possível embate, as forças da direita saíram na frente. O Exército e o governo de Minas Gerais enviaram as tropas ao Rio de Janeiro, onde tinham o apoio do Chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto Castelo Branco. Receberam adesão da tropa paulista, até então janguista, em 31 de março de 1964 e apoio do governo norte-americano durante a preparação do golpe⁵.

Jango exilou-se no Uruguai, e as forças sindicais e de esquerda, que estavam ao seu lado, não conseguiram mobilizar apoio popular. Os militares assumiram o poder, para surpresa dos políticos civis que os apoiaram, especialmente, os udenistas (CARVALHO, 2001). O país entrou em uma fase de retrocesso de direitos políticos e sociais que durou até 1985.

O período da ditadura e as mulheres na política

A ditadura militar teve três fases. A primeira (1964-1968): governo do general Castelo Branco (1964-1966) e do general Costa e Silva (1967-1969), ligados aos

⁴ Algumas dessas manifestações foram realizadas logo após o golpe para celebrá-lo. O apelo religioso era estratégico, uma vez que na década de 1960, 95% da população brasileira declarava-se católica (SCAVONE, 1979).

⁵ Nas palavras de um general conspirador, o Exército “dormiu janguista” e acordou “revolucionário”, isto é, passou a apoiar os militares. Os contatos com os governos norte-americanos foram constantes (GASPARI, 2002, p. 59).

setores liberais conservadores da Escola Superior de Guerra (ESG). Constam desse período os Atos Institucionais e as cassações de políticos, militares, civis. Prisões, denúncias de tortura, dissolução dos partidos, criação do bipartidarismo, instalação de eleições indiretas para Presidência e governadores. Na economia: combate à inflação e pequeno crescimento. No fim dessa fase crescem as manifestações contra a ditadura e iniciam-se as guerrilhas urbana e rural.

A segunda fase (1969-1974), conhecida como os “anos de chumbo”, ligada aos militares mais truculentos: governo do general Garrastazu Médici, que intensifica a repressão política. No fim de 1968 foi editado o Ato Institucional N° 5 (AI-5), o qual centralizou o poder no Executivo, suspendeu o habeas corpus, decretou o recesso do Congresso Nacional, que só foi reaberto dez meses depois, com uma oposição amordaçada⁶. A partir daí, o arbítrio aumentou, a violência de Estado incrementou a tortura como arma de constrangimento e extermínio das organizações de esquerda. Paradoxalmente, foi uma fase de crescimento e euforia econômica, conhecida como milagre econômico (GASPARI, 2002).

A terceira fase (1974-1985): teve como presidentes o general Ernesto Geisel (1974-1979) e o general João Batista Figueiredo (1979-1985), ligados aos liberais conservadores da ESG. No início do período continuam a censura, as prisões e a tortura. Oito meses após a posse da Presidência, Geisel anunciou uma distensão política lenta, gradual e segura: em 1974, diminuição das restrições à propaganda eleitoral; em 1978, revogação do AI-5; em 1979, anistia ampla e a volta ao pluripartidarismo. Na economia: crescimento da dívida externa e da inflação. Foi um longo período de transição democrática.

O bipartidarismo e a atuação do Congresso Nacional, em quase todo o período da ditadura, tiveram um caráter peculiar. O partido do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), acatava todas as decisões e escolhas políticas dos militares, até mesmo para eleger os presidentes militares indicados. A sigla da oposição-MDB – Movimento Democrático Brasileiro – congregava diferentes opositores ao regime que ao longo do período ditatorial foram sendo cassados, neutralizados e/ou cooptados. Qualquer discurso mais inflamado no plenário redundava em perda de mandato.

As eleições legislativas – em todos os níveis – eram mantidas com restrições: censura da propaganda política e veto dos candidatos mais radicais. A vitória do partido da oposição nas eleições de 1978 fez o governo criar a figura dos senadores eleitos indiretamente, para não perder o controle da situação política. Para o Senado

⁶ O AI-5 cassou os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Foram aposentados 3.782 funcionários públicos, dos quais 72 professores universitários e 62 pesquisadores científicos. Os militares que se opunham ao golpe foram excluídos das fileiras: 1.313 militares de diversas patentes (CARVALHO, 2001).

e a Câmara, as eleições ocorreram em 1966, 1970, 1974, 1978 com os dois partidos e em 1982 e 1986 já no sistema multipartidário (GASPARI, 2004).

Nesse período, poucas mulheres participavam da vida política institucional do país. As mulheres obtiveram direito ao voto no Brasil em 1932, após uma longa luta liderada pela pioneira, a bióloga Bertha Lutz, que criou em 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Vargas cedeu às pressões das feministas pioneiras e incorporou o direito ao voto feminino no Código Eleitoral, por meio do Decreto 21.076, a 24 de fevereiro de 1932 (SOHIET, 2006). Nesse ano, a médica Carlota Pereira de Queiroz, eleita a primeira deputada federal e participante da Assembleia Constituinte de 1934, contribuiu para a inclusão desse direito na nova Constituição.

No período de 1932-1962 (fora os oito anos da ditadura Vargas), 11 mulheres se elegeram à Câmara dos Deputados (AVELAR, 2001). Nas eleições de 1965, um ano após o golpe militar, o número de eleitas aumentou três vezes, passando de duas deputadas (nove candidatas) das eleições anteriores para seis deputadas (treze candidatas). As mulheres apresentaram-se aos cargos eletivos para substituírem “seus parentes (maridos, irmãos, pais) cujos mandatos haviam sido cassados no Ato Institucional Nº 1” (TABAK; TOSCANO, 1982, p. 25). Essas deputadas eram na maioria do partido de oposição, MDB, uma só do partido do governo, ARENA.

A participação das mulheres na política institucional no país foi e ainda é marcada pelas oligarquias familiares, que se perpetuam no poder (AVELAR, 2001; BLAY, 1981). Algumas mulheres dessas famílias se destacaram nacionalmente: Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, elegeu-se deputada federal em 1950/1954/1958 pelo PTB e depois pelo MDB em duas legislaturas durante a ditadura (1963-1967 e 1967-1971) e teve seu mandato cassado pela ditadura em 1969. Na volta à democracia assumiu a liderança do PTB e se elegeu novamente deputada na legislatura 1983-1987. Roseana Sarney, filha de José Sarney, é outro exemplo desse tipo de política: elegeu-se senadora pelo Partido Frente Liberal (PFL), antigo Partido Democrático Social (PDS), e foi a primeira mulher no país a se eleger governadora no estado do Maranhão.

Durante os anos de chumbo, na legislatura 1971-1975, há somente uma deputada no Congresso Federal, da ARENA. Na legislatura seguinte, eleição de 1974, legislatura 1975-1979, o mesmo cenário: uma só deputada, da ARENA. Em 1977, o Congresso Nacional aprovou a Lei do Divórcio no país e não contou com o apoio desta deputada. Nas eleições de 1978, legislatura 1979-1983, quatro mulheres foram eleitas, três do MDB e uma da ARENA (SASSE, 2010).

Se não havia uma discriminação aberta contra às mulheres nesse período, o espaço para elas na política institucional autoritária foi praticamente inexistente. Além da participação conservadora fugaz que as mulheres das classes dominantes tiveram na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), não há nenhuma

mulher que tenha se notabilizado no apoio aos ditadores, a não ser em seus papéis tradicionais dentro da família.

As ideias do feminismo brasileiro contemporâneo surgiram no fim dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970, período dos anos de chumbo. Nesse período, ainda não é possível falar em um movimento feminista, mas em um novo acontecimento político, no qual as mulheres começam a participar do movimento estudantil, da ação partidária ou sindical clandestina e a romper com um dos mais consolidados mitos da dominação masculina de que **política é negócio dos homens**. Subjacentes a esse acontecimento há os ecos da revolução das idéias e comportamentos dos países do norte que circulavam no meio da vanguarda política e cultural brasileira e os questionamentos dos tabus tradicionais relacionados à família e à sexualidade, que aprisionavam as mulheres no espaço doméstico.

Desde o início de 1968, multiplicavam-se as manifestações estudantis nas capitais do país; os estudantes, organizados, mobilizavam-se em massa contra a ditadura. A União Nacional dos Estudantes (UNE) congregava opositores de diferentes tendências de esquerda, dentre eles, homens e mulheres que, posteriormente, foram ou para luta armada ou para a clandestinidade. As manifestações de operários, camponeses, políticos, intelectuais, artistas, nas principais cidades brasileiras e na zona rural, indicavam o clima de resistência geral ao regime militar.

No fim de 1968, com a decretação do AI-5, o país ingressou em um período de repressão política, sem precedentes em sua história – a censura atingia os grandes e pequenos jornais, livros, letras de músicas, espetáculos teatrais, com o exílio, ou prisão, ou morte de militantes, estudantes, intelectuais, professores, artistas, trabalhadores do campo ou da cidade, sindicalistas, religiosos progressistas e de todos os que se manifestassem contra o regime (GASPARI, 2002).

A fase da guerrilha urbana, organizada pelos partidos clandestinos da nova esquerda, se intensificou com sequestros de embaixadores, assaltos a bancos e ações públicas e políticas de impacto. Os sequestros eram utilizados para negociar a liberação e o exílio das centenas de prisioneiros políticos que a ditadura, até então, encarcerara.

A ação política das mulheres contra a ditadura foi diversificada: na luta armada; na militância clandestina dos partidos políticos; no apoio aos seus companheiros, filhos ou amigos. Foram perseguidas, torturadas ou exiladas. Houve aquelas que se auto exilaram para estudarem nos Estados Unidos, Europa, por terem sido ameaçadas pelo regime, ou por terem tido pessoas de suas relações que sofreram com a repressão.

A participação das mulheres nas organizações de esquerda, nesses anos, foi bem menor do que a dos homens, no entanto ela foi significativa e, de certo modo, condizente com o lugar que elas começavam a ocupar no espaço público:

do total dos 4.124 militantes processados judicialmente nas décadas de 1960-1970, 16% eram mulheres. As mulheres perfaziam, em 1970, somente 18,5% da força de trabalho, mas já representavam 40% da população estudantil universitária do país. Além de os homens serem majoritários do ponto de vista quantitativo nos partidos de esquerda, eles também ocupavam os cargos de comando, salvo em raríssimas exceções (AVELAR, 2001, TABAK; TOSCANO, 1982).

As mulheres participaram mais dos grupos armados e das organizações militaristas da guerrilha urbana, as quais apresentavam maiores riscos, do que dos partidos políticos tradicionais. Do total dos militantes processados ligados aos grupos armados, 18,3% eram de mulheres; já, entre os processados do Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia somente 4,7% de mulheres. Este dado sugere que elas se identificavam com uma proposta de ação política radical, tanto do ponto de vista da militância como de sua vida pessoal. A ação armada e/ou a clandestinidade abalavam de forma material e simbólica a conjuntura da dominação masculina, pois criavam uma situação em que as mulheres rompiam com seu papel social dentro e fora da família. Apesar dessa ousadia e transgressão, muitas delas só foram perceber o lugar que ocupavam com a distância do exílio, da prisão, do tempo, ou quando começaram a constatar a opressão que sofriam como mulheres, até mesmo dentro das organizações políticas (AVELAR, 2001, TABAK; TOSCANO, 1982).

A militância das mulheres nos partidos políticos de esquerda, nesse período, foi analisada por estudiosas do assunto como uma dupla transgressão: não só pelo fato de elas entrarem em uma situação-limite de clandestinidade, de estar fora da lei, mas também pelo fato de terem rompido com a vida familiar, afetiva e profissional. Além da grande novidade e desafio de serem mulheres fazendo política.

Essas militantes se identificavam com dois tipos de engajamento político: como mulheres liberadas, vanguarda da revolução dos costumes, e como mulheres que se engajavam na luta revolucionária. Associavam compromisso político com compromisso existencial, tal qual a afirmação de uma militante que dizia estar fazendo a história, como os guerrilheiros nas montanhas da América Latina ou como os estudantes nas barricadas de 68 (COSTA *et al.*, 1980). Ao buscarem romper com o estilo tradicional de fazer política e com os valores de suas classes de origem, elas estavam, também, em sintonia com o romantismo revolucionário da época. Não havia, entretanto, uma elaboração propriamente feminista de suas experiências.

Depoimentos dados nos anos 1990 – quando ocorreu uma intensa produção memorialística, historiográfica, fílmica do período da ditadura militar – por militantes que participaram da luta armada mostram consciência da questão de gênero na política (GARCIA, 1993; PATARRA, 1992). Vera Silva Magalhães foi das poucas mulheres que chegaram a dirigir uma organização e a única que participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Ela relatou que fez com seus companheiros a preparação do ponto de vista prático, teórico e estratégico

da guerrilha, mas, durante o processo do sequestro, tratou dos levantamentos de informações “com o papel de mulher que a sociedade me atribuía” (SALEM, 1997, p. 61).

Em depoimento dado a Marcelo Ridenti (1993, p. 202), Vera declarou que foi afastada da direção por ter sido considerada, pelos seus companheiros, de “instável emocionalmente”, comentando que a estabilidade emocional não era exigida para os homens. Ela ressaltou o lado libertário de sua geração, que queria, também, romper com os “preconceitos da família, com os casamentos formais”, com o tabu da virgindade. Foi presa, torturada, e saiu da prisão em 1970, entre os 40 presos soltos na negociação pela libertação do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, sequestrado pela luta armada⁷.

As presas políticas que foram torturadas passaram pela “cota suplementar de sofrimento que resulta da violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação a que são submetidas” pela sua situação de gênero (GARCIA, 1997, p. 327). Atos abomináveis de tortura que expuseram crianças diante de suas mães, que desprezaram mulheres grávidas, mostraram até que ponto os torturadores utilizaram elementos da identidade feminina para aniquilar “as mulheres que desafiaram o poder instituído” (OLIVEIRA, 1996, p. 12). Ao ocuparem um lugar político no espaço público e negarem o lugar tradicional que lhes fora destinado no espaço privado, abriam as portas para a construção de uma nova identidade. Muitas delas tornaram-se militantes feministas nos anos seguintes.

Ao lado do intenso cerceamento dos direitos políticos e sociais dos “anos de chumbo”, o Brasil viveu seu milagre econômico com uma política econômica de crescimento sem democracia: houve uma centralização da economia, estímulos fiscais e tributários, investimentos estrangeiros em profusão, aceleração da industrialização e da urbanização, modernização das comunicações, realização de grandes obras públicas. O Produto Interno Bruto (PIB) do país chegou a taxas nunca antes (nem depois) alcançadas. A ditadura utilizava uma propaganda ufanista e autoritária para divulgar suas realizações econômicas, era aceitar ou desertar, tal como o slogan que circulou pelo país: “Brasil, ame-o ou deixe-o” (GASPARI, 2002a).

O crescimento deu-se de forma excludente, com aumento significativo da faixa de participação dos mais ricos na economia e a expulsão dos trabalhadores para as periferias das grandes cidades. Apesar disso foi a década de expansão de empregos e quando as mulheres ingressaram definitivamente na atividade produtiva, representando 28,8% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1976, e 36.9% em 1985. Em 2002, as mulheres eram 42.5% da PEA (BRASIL, 1981; 2002).

⁷ Ao sair da prisão rumo ao exílio, Vera não conseguia andar em consequência das torturas que sofreu. Em 2002 recebeu indenização do Estado pelas sequelas que a violência causou a sua saúde. Faleceu no fim de 2007, aos 59 anos,

Nesses anos, há um significativo declínio da fecundidade, com a modernização da contracepção e início da prática da esterilização feminina, a qual se ampliou nas décadas seguintes e passou a ser o método contraceptivo mais usado entre as mulheres brasileiras. Havia contradições políticas na cúpula militar entre adotar uma política demográfica de incentivo à natalidade visando ao povoamento e à Segurança Nacional ou uma política demográfica controlista.

Esta última política prevaleceu, pois estava prevista nas cláusulas dos empréstimos internacionais e introduziu, em 1965, a Sociedade pelo Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) – instituição associada à *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), que iniciou uma ampla distribuição de contraceptivos orais, com o objetivo de diminuir a fecundidade das brasileiras. Entre os anos de 1970-1980 houve uma redução de 24,1% na taxa de fecundidade, passando de 5.8 filhos por mulher para 4.4 filhos, no fim da década⁸ (BRASIL, 1997). As feministas, que estavam no país ou no exterior, criticavam a forma impositiva e discriminatória da política de controle da natalidade adotada no país (PINTO, 2001; DOSSIÊ, 1976).

Os “anos de chumbo” começaram seu declínio no fim, de 1974 com “o assassinato do último guerrilheiro (guerrilheira) do Araguaia (guerrilha rural que durou aproximadamente quatro anos), Walkíria Afonso Costa, 27 anos, ex-aluna da Faculdade de Artes e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais”, a vitória no Senado do partido de oposição (MDB) e o aumento de sua bancada na Câmara de Deputados (GASPARI, 2004, p. 508). Foi quando a política de extermínio de militantes políticos, das guerrilhas urbanas e rurais, chegou ao seu clímax. Ocorreu também que os anos do milagre econômico (1968-1973) conviveram com o declínio do Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento da inflação e da dívida externa e culminou seu desmoronamento com os impactos mundiais da recessão econômica e da crise do petróleo. O país entrou nos anos de 1980 com recessão econômica e hiperinflação, que só começou a ser controlada a partir de 1994, com a substituição da moeda e um plano econômico de estabilização.

A pressão popular cresceu a partir de 1973 e teve o apoio da Igreja católica – mediante os militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na figura do cardeal progressista D. Paulo Evaristo Arns, que se posicionava contra as mortes nas prisões e o desaparecimento de prisioneiros políticos. Uma missa celebrada em memória do estudante Alexandre Vannuchi Leme, morto na prisão, foi considerada como o primeiro protesto de grande porte da década de 1970, ao reunir diversos setores da sociedade civil. Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog na prisão, em 1975 e, do operário Manuel Fiel Filho em 1976, desencadearam ampla mobilização contra o regime.

⁸ Em 2006, essa taxa alcança o índice dos países desenvolvidos de 2.0 filhos por mulher.

O arbítrio foi cometido até o fim dos anos de 1970, começo da década de 1980: prisões políticas seguidas de tortura e assassinatos; repressão aos estudantes, que voltavam às ruas clamando por liberdades democráticas; práticas de terrorismo da direita com o intuito de desestabilizar o processo de redemocratização do país. Cenário que evidenciava as forças políticas conflitantes que se digladiavam nos bastidores do processo em curso. No fim da década de 1970 a tensão entre a sociedade civil e os militares aumenta: três grandes greves operárias paralisam o país: 1978, 1979 e 1980.

O feminismo nos dois lados do Atlântico

O Chile foi um dos destinos do exílio político durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), mas o golpe militar neste país resultou para os brasileiros que lá estavam em um segundo exílio. A França (Paris) foi o país que mais recebeu brasileiros ao longo da ditadura, no âmbito europeu. Os exilados viram-se diante de um contexto diverso do que vivenciaram no Brasil: havia uma efervescência social, cultural e política que abrangia tanto a crítica ao imperialismo americano, como ao soviético, e a busca por um novo modo de fazer política. Havia, também, a contestação radical aos padrões e costumes da família e da sexualidade burguesas tradicionais, cujos ecos haviam chegado ao Brasil.

As ideias libertárias de maio de 1968, que confluíam com o feminismo, traziam à tona questões novas, sobretudo para os militantes brasileiros com formação mais ortodoxa. As mulheres exiladas brasileiras, e latino-americanas, em Paris entraram em contato com uma sociedade mais igualitária socialmente, o que lhes possibilitava perceber com maior clareza as contradições que ocorriam em sua vida cotidiana.

Aquelas que vinham de um meio social mais privilegiado, que tinham curso universitário completo (artistas plásticas, ou musicistas, ou profissionais liberais) mergulharam em um universo onde seus privilégios de classe não eram os mesmos que no Brasil. As que não tinham formação especializada, por terem centrado sua vida no trabalho político, ou simplesmente por serem mães, esposas ou irmãs de guerrilheiros, tiveram dificuldades de integração profissional no novo país (GOLDEBERG, 1987).

Confrontadas, em suas novas experiências de vida, com a percepção da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero em sua vida afetiva e nas organizações políticas em que atuavam, as mulheres exiladas se identificaram, em sua maioria, com as reivindicações do feminismo francês, participando e organizando grupos feministas (GOLDEBERG, 1989).

Dois grupos organizados por brasileiras no exterior destacam-se na história do feminismo brasileiro: o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (Latino-Americanas), fundado pela escritora brasileira Danda Prado⁹, em 1972, e O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (Círculo), fundado em 1976 por brasileiras vivendo em Paris. A constituição desses grupos era de exiladas políticas, auto exiladas e estudantes. O Círculo foi um grupo composto somente de brasileiras, enquanto o Latino-Americanas agregava mulheres de diferentes países do continente. Esses grupos funcionavam como o movimento feminista francês e internacional da época, em que os grupos de reflexão se multiplicavam espontaneamente por bairros, ou por temas, ou por interesses comuns, dentro de um grupo maior que se reunia com menor frequência. Os dois grupos interagiam com o movimento feminista francês em passeatas e ações públicas, identificando-se com suas reivindicações mais amplas.

O Latino-Americanas editou no período de 1972 a 1976 o jornal *Nosotras*, escrito por mulheres de vários países da América Latina e, também, da França, com uma pauta voltada para as questões feministas e matérias sobre a situação das mulheres em diversos países. O jornal era enviado para o Brasil e distribuído para pessoas-chave, burlando a censura e propagando as ideias feministas radicais no país. Esse grupo foi esvaziado pelas pressões da Frente de Brasileiros no Exílio, que não aprovava a participação das exiladas na luta feminista e as ameaçava com a retirada de apoio financeiro para suas famílias (CARDOSO, 2004a; 2004b).

O Círculo propunha-se a lutar contra a “opressão específica das mulheres” de forma “autônoma”, embora considerasse que essa opressão não se refletisse “da mesma forma para todas as mulheres”. Assim, pretendia integrar a luta “de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira (...) da exploração e opressão”¹⁰, não abandonando o compromisso com as lutas mais gerais. O grupo manteve contato com os jornais feministas que se criaram no país – *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* – e, também, com a imprensa alternativa – jornais *Movimento* e *Opinião* (DOSSIÊ, 1976). Este grupo viveu até 1979, quando a Anistia política possibilitou o retorno do exílio de grande parte de suas militantes.

No Brasil, há registros da organização de grupos de reflexão feminista em São Paulo e Rio de Janeiro, no início da década de 1970, com mulheres que haviam voltado de uma experiência de estudos nos Estados Unidos ou na Europa, sobretudo professoras universitárias (PEDRO, 2006).

A organização das mulheres da periferia de São Paulo – situação proveniente da urbanização excludente e acelerada da cidade – em clubes de mães, ou de donas de casa lutando por melhorias em seus bairros, por escolas para seus filhos, por creches, ou ainda, no movimento nacional contra a carestia, mostra outro tipo de

⁹ Filha do historiador marxista Caio Prado Júnior, condenado pela ditadura em 1970.

¹⁰ Trechos da carta enviada aos jornais em 17 de dezembro de 1976.

atuação política feminina à época da ditadura. Embora suas reivindicações tenham tido mais força no fim dos anos de 1970, a organização desses movimentos nos anos duros da ditadura, marcou para essas mulheres a saída do isolamento doméstico e a entrada como sujeitos políticos no espaço público (OLIVEIRA, 1990; SADER, 1988).

Tais movimentos tinham apoio, sobretudo, da Igreja católica progressista, grande aliada na luta contra a ditadura – que organizou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) –, e da esquerda ortodoxa, o que impossibilitava uma discussão de temas específicos de interesse das mulheres. A não discussão do aborto nesse período, por exemplo, resultava em acordo tácito entre as partes envolvidas no trabalho comunitário.

É comum que estudiosas do movimento feminista brasileiro situem o Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ocorrido no México, em 1975, como propulsor do movimento no país (SARTI, 2001). Tal celebração teria propiciado, no contexto da ditadura militar, abertura de espaços para reuniões, debates públicos, enfim, meios para sair da clandestinidade. Foi uma ocasião para setores da esquerda ortodoxa que ficaram no país e para as mulheres, feministas ou não, se manifestarem contra a ditadura e divulgarem o que na época era tratado como **questão da mulher**.

O Seminário *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira* realizado no Rio de Janeiro, nesse ano (1975), organizado por um grupo de mulheres feministas e patrocinado pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), é considerado como o primeiro momento do debate público sobre feminismo no país. A pauta incluía questões do trabalho, da saúde, da educação, da legislação, da discriminação racial, entre outras. Participaram do Seminário vários grupos de oposição à ditadura, inclusive grupos católicos, com os quais as organizadoras queriam selar aliança. Isso gerou um documento que deu mais destaque às questões do trabalho, omitiu a questão do aborto e a palavra “feminismo” (BARSTED, 1992)¹¹.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFA), criado em 1975 em São Paulo, sob a liderança de Terezinha Zerbini, é outro exemplo do bom aproveitamento político do *Ano Internacional da Mulher*. Ao voltar da *I Conferência Mundial da Mulher* realizada no México, Zerbini lança o MFA, com a proposta de anistia “ampla, geral a todos que foram atingidos pelos atos de exceção” (DUARTE, 2019, p. 1). Seu lançamento foi divulgado na imprensa alternativa (jornal *Opinião*), lembrado em missa na catedral de São Paulo pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Este movimento contribuiu para ampliar e transformar a luta pela Anistia em

¹¹ Em outubro do mesmo ano, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista. Participaram do evento representantes de partidos políticos, da Igreja, sindicalistas, feministas e pesquisadoras (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 233).

bandeira nacional, por ter tido sede em vários estados e uma ampla participação de mulheres. Muitas militantes do MFA eram feministas, ou aderiram ao feminismo após a militância pela Anistia (MORAES, 1990). Entretanto, o MFA rompeu com a Frente Unitária das Mulheres por sua líder não concordar com a discussão sobre aborto ali levantada (BARSTED, 1992).

Logo após o Seminário do Rio, em 1975-1976, destaca-se a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) em São Paulo e do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio. A atuação em partidos políticos de esquerda das principais integrantes do CDMB fez com que não fizessem referência à palavra “feminismo” em seu estatuto (BARSTED, 1992). Estes Centros lutavam pela volta à Democracia no país, e as reivindicações de cunho específico eram relacionadas, sobretudo, à situação das mulheres trabalhadoras, como criação de creches e escolas.

Em 1975, foi organizada uma mesa-redonda sobre a questão da mulher na Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), órgão tradicionalmente progressista que apoiava a luta contra a ditadura. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que a questão da mulher foi discutida na academia (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000), embora em 1967, a socióloga feminista Heleieth Saffioti tenha defendido uma tese sobre o assunto – na qual articulava a questão da mulher com as classes sociais – que se tornou, posteriormente, referência nacional para os estudos de gênero no país (SAFFIOTI, 1969).

Ainda em 1975 foi criado o jornal *Brasil Mulher* que era impresso na cidade de Londrina-PR, primeiro jornal feminista contemporâneo produzido no país, que traz a “gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda” (CARDOSO, 2004, p. 43). Esse jornal chegou a ter uma tiragem de 10 mil exemplares e foi publicado até 1980, com uma predominância de temas políticos mais gerais na maioria das suas edições.

Em 1976 foi criado o jornal *Nós Mulheres*, em São Paulo, “primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista” (MORAES, 1990, p. 20)¹². Esse jornal tinha uma organização interna flexível e não partidária, funcionava como um coletivo e defendia a autonomia do movimento; contava com mulheres que já haviam passado pelo exílio ou pelo exterior (LEITE, 2003). Levantava bandeiras feministas, denunciando a dupla moral e a repressão sexual, como a opressão da mulher em todas as classes. A questão do racismo já fazia parte das preocupações das feministas brasileiras dos anos 70, no primeiro número desse jornal foi publicado o depoimento de uma mulher negra que denunciava o racismo no país (CORRÊA, 2001). Apesar da postura assumidamente feminista desse jornal, havia uma demanda e uma crítica da ausência de questões candentes

¹² Na obra *A mulher no Brasil*, a autora June E. Hahner (1978) indica que o Brasil foi o único país da América Latina que teve uma imprensa feita por mulheres entre 1974-1980.

do feminismo em sua pauta jornalística, impossível de cobrir no contexto da época. *O Nós Mulheres* encerrou suas atividades em 1979.

Em 1978, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres feministas rompeu com o Centro da Mulher Brasileira, com um manifesto que reivindicava espaço para os temas-tabu, como a sexualidade e o aborto. No ano de 1979 o I Congresso da Mulher Paulista lembrou o “direito das mulheres a ter o número de filhos desejados”, centrou-se na luta pelas creches, destacou a “anistia, ampla, geral e irrestrita” aos presos e perseguidos políticos. Entretanto, não contou com a participação do Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo, que realizou encontro à parte (TELES, 1993, p. 117-119).

A mobilização das mulheres brasileiras no período de 1975-1979 foi intensa e marcada por uma luta que se dividia entre o compromisso político contra a ditadura e as causas feministas, prevalecendo o primeiro nas negociações políticas.

O retorno à democracia e as ações feministas

O primeiro presidente civil do Brasil após a ditadura foi Tancredo Neves, filiado ao MDB¹³ e eleito em 1985, ainda por eleições indiretas. Sua candidatura foi uma aliança com o partido do governo em sua nova versão, PDS, que indicou o vice-presidente, José Sarney. A intensa participação de Tancredo Neves na Campanha pelas Diretas Já, seu histórico na política nacional, sua posição moderada, conferiam-lhe simpatia popular e apoio político para o cargo. Seu falecimento, pouco antes da posse, causou comoção social. Assumiu o vice, José Sarney (1985-1990), que havia colaborado com os militares.

José Sarney foi sucedido por Fernando Collor de Mello (1991-1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura e também o primeiro na história do país a sair do cargo por impeachment, por ter comandado um importante esquema de corrupção em seu governo. Foi sucedido por seu vice, Itamar Franco (1992-1995), do PMDB.

Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002), eleito pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), dissidência do PMDB, governou o país por oito anos, dois mandatos, e foi sucedido por Luíz Inácio Lula da Silva (Lula) que emergiu como liderança sindical no fim dos anos 1970 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Lula elegeu-se Presidente da República por dois mandatos, o primeiro entre 2003-2006 e o segundo entre 2007-2010.

¹³ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi criado em março de 1966 como uma forma de oposição à ditadura, composto por uma frente ampla de centro a esquerda moderada. Em 1979 recebeu a denominação de partido, passando a ser PMDB, e em 2017 volta à sua sigla original MDB.

A fundação do PT ocorreu em 1979 e sua legalização, no começo de 1980, foi uma novidade promissora para a nascente democracia, já que a história de todos os partidos brasileiros oficiais, até então, era ligada às elites econômicas, sociais e políticas. Partido de base popular, aglutinou em sua fundação: os novos movimentos sociais; o setor progressista da Igreja católica; o novo sindicalismo que brotou das bases; a esquerda que retornava do exílio; ex-militantes da luta armada; intelectuais e artistas.

Foi um período em que as mulheres começaram a participar mais da política institucional. Na legislatura de 1983-1987, foram eleitas oito mulheres à Câmara Federal – o dobro da anterior – duas delas pertenciam ao PT, uma ao PTB (Ivete Vargas), três ao PMDB e duas ao PDS. Na legislatura 1987-1991 com funções constituintes serão 26 deputadas de vários partidos, inclusive do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Essas deputadas compuseram a bancada feminina da Constituinte.

Nos meados dos anos 1990, a lei das cotas para as candidaturas femininas dentro dos partidos deu maior visibilidade ao problema, aumentaram as candidaturas, mas, em proporção menor, as eleitas (ARAÚJO, 2001). Nas legislaturas de 1991-1995, há 32 mulheres eleitas para o Congresso; em 1995-1998, há 34 eleitas; em 1999-2000, há 28 eleitas. Na última legislatura, 2003-2006, há 42 eleitas de diferentes partidos, o que representa 8,2% do total de deputados (FERREIRA, 2006).

No Senado a disparidade entre homens e mulheres é, também, importante, mas após a redemocratização as mulheres começam a ocupar essa tribuna: 1995-2003, cinco senadoras eleitas, sendo duas do PT, uma delas Marina Silva (tornou-se ministra do Meio Ambiente no governo Lula durante cinco anos), além de uma do PDT (dissidência à esquerda do PTB), uma do PMDB, uma do PFL. De 1999-2007 há duas senadoras eleitas de partidos mais à esquerda e, de 2003-2011, são eleitas oito senadoras, somente duas do PFL (SASSE, 2010). As duas únicas prefeitas da mais populosa cidade do Brasil, ou seja, São Paulo, foram Luiza Erundina (1989-1993) e Marta Suplicy (2000-2004), que à época das legislaturas eram filiadas ao PT.

Tanto em nível organizacional, estatal, como político, o movimento feminista consolidou durante o processo de democratização suas reivindicações próprias e, por meio delas, foi um dos atores de peso nesse processo. Com a anistia política, as exiladas voltaram com a experiência europeia do feminismo, inegável estímulo para uma maior definição do movimento no país. As trocas de experiências feministas foram acrescidas dos contatos com outros movimentos sociais emergentes: mulheres da periferia, negros e homossexuais.

Nos anos 1980-1990 destacamos a formação de grupos autônomos em todo o país: sua articulação em nível nacional; sua definição política; suas participações na campanha das Diretas Já em prol da realização de eleições diretas, na Constituinte, nas concretizações das políticas de saúde e violência contra as mulheres. Ao

escolher sua estratégia política – privilegiar as lutas gerais ou as lutas específicas –, o feminismo brasileiro optou por participar das lutas gerais, mas, também, assumir com mais ênfase as lutas ditas específicas. Além disso, passou a considerar a autonomia feminista diante dos partidos de esquerda, especialmente para aquelas que tinham uma dupla militância. Do fim dos anos 1970 em diante definiu suas ações em duas grandes áreas, que remetiam à formulação de políticas sociais e ampliavam o debate da democratização: a saúde reprodutiva e a violência contra as mulheres. Com isso, a atuação do movimento se direcionava mais para as classes populares, desprovidas de direitos à saúde e de direitos de assistência aos danos da violência¹⁴.

A maioria dos grupos feministas autônomos, de então, se constituiu em torno destas questões: SOS Corpo de Recife; SOS Mulher e Centro de Informação da Mulher, em São Paulo; SOS Violência, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, entre vários outros grupos, de norte ao sul do país. No começo dos anos 1980 era assinalada a existência de aproximadamente 30 grupos no país, do extremo nordeste, em São Luís do Maranhão, ao extremo sul, em Porto Alegre. Esses grupos faziam intenso trabalho político: nas ruas (manifestações, peças teatrais); nas periferias (formando grupos de discussão ou de pesquisas militantes); e no atendimento social (para saúde e violência) (SUAREZ; BANDEIRA, 2002; SHUMAER; BRAZIL, 2000).

O trabalho de mobilização em todo o país era articulado em Encontros Feministas e nas grandes campanhas políticas nacionais pela redemocratização. Os primeiros Encontros Nacionais Feministas, entre 1981-1985, aconteceram ao lado dos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com a ampliação do movimento, as reuniões passaram a ser organizadas independentemente; entre 1979 e 1989 foram realizados onze Encontros Nacionais em diferentes cidades do país. Na década de 1980 também foram realizados quatro Encontros Feministas Latino-Americanos, sendo um no Brasil; em 1985, ocorreram encontros setoriais, por ordem cronológica crescente: movimento sindical, negro, lésbico; em 1987 realizou-se a I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher (SHUMAER; BRAZIL, 2000).

Esse foi o período do processo de institucionalização das demandas feministas pelo Estado com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo (1983), e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, que a partir daí se multiplicaram. A criação desses Conselhos, em um país que estava ainda em uma complexa transição política entre autoritarismo e democracia,

¹⁴ Nesta questão se coloca um ponto complexo no feminismo brasileiro, consideradas as profundas desigualdades sociais e de direitos existentes no país. Tanto em relação à violência que atinge as mulheres, sem distinção de classe, mas que permite àquelas que podem pagar que resolvam com profissionais particulares os problemas psicológicos resultantes das violências doméstica e/ou sexual quando estas as atingem, em relação à saúde reprodutiva, que leva as mulheres que podem pagar a fazer um aborto clandestino sem riscos.

pode ser compreendida por fatores conjunturais. Internamente, a vitória nas eleições estaduais do amplo partido da oposição (PMDB) para o governo de São Paulo, em 1982, favoreceu a intervenção política institucional do movimento feminista em nível estadual e nacional¹⁵.

Internacionalmente, a Conferência da Organização das Nações Unidas para a Década da Mulher em Nairóbi, em 1985, recomendou aos países-membros o desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres. A proposta da criação do CNDM provocou um processo de intensa discussão política no movimento feminista. De um lado, estavam as feministas que prezavam a autonomia; de outro, aquelas que consideravam ser importante a interlocução com o Estado, para implementar políticas destinadas às mulheres. Apesar de esta divisão ter sido central no VII Encontro Nacional Feminista de 1985, em Belo Horizonte-MG, a criação do CNDM foi efetivada.

A análise da Carta de Belo Horizonte mostra as tensões internas perante a criação do CNDM, entre outras, o receio do movimento de ter seu discurso cooptado e neutralizado pelo Estado e de perder sua autonomia. Por fim, o CNDM foi aprovado sob determinadas exigências: que fosse administrado por feministas; que tivesse dotação orçamentária própria; que o movimento participasse da elaboração, execução e acompanhamento das políticas oficiais, entre outras. Era uma série de reivindicações que supunham garantir a continuidade da luta feminista em nível institucional, sem perda total da autonomia (SHUMAER; VARGAS, 1993).

Em sua primeira gestão (1985-1989), o CNDM estava ligado ao Ministério da Justiça e tinha uma estrutura deliberativa e executiva, semelhante a uma Secretaria de Estado, que lhe possibilitou ações mais efetivas nos campos da saúde, trabalho, legislação específica, violência e combate ao racismo. Esta gestão teve duas presidentes feministas, Ruth Escobar (1985-1986) e Jacqueline Pitanguy (1986-1989).

A conjunção da ação do CNDM, da ampla mobilização do movimento feminista com as associações de mulheres, em todo o país, e da bancada feminina suprapartidária, criada pelas 26 deputadas do Congresso Constituinte de 1988 foi denominada de “lobby do batom”, uma denominação dada inicialmente de forma pejorativa pelos constituintes de direita e que as feministas em resposta passaram a utilizar de forma positiva como elemento de mobilização, desarmando o machismo de seus agressores (SCHUMAER, 2007; COSTA, 2005). Com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e o uso da tática feminista “de ação direta de convencimento dos parlamentares”, o “movimento feminista conseguiu aprovar

¹⁵ As eleições para governadores em 1982 se realizaram pelo sufrágio universal. No estado de São Paulo foi eleito André Franco Montoro (PMDB, 1983-1987) e no de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB, 1983-1984), dois líderes da abertura democrática, sendo Montoro de uma tendência mais progressista do partido.

em torno de 80% de suas demandas, foi o setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou” (PINTO, 2001, p. 72).

Na Carta das Mulheres entregue pelo CNDM ao presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães¹⁶ (PMDB), havia demandas gerais de aprofundamento da democracia e de justiça social e, sobretudo, dos direitos das mulheres (CONSTITUINTE, 1987). O documento tratava da questão da violência contra as mulheres, redefinia o conceito de estupro e clamava pela ampliação das delegacias policiais de atendimento às mulheres no país. As questões do controle da natalidade e do aborto foram habilmente contornadas por uma demanda mais ampla: garantia das mulheres ao direito de conhecer e decidir sobre o próprio corpo. A carta foi aprovada em uma grande reunião em Brasília por mais de 3 mil mulheres (PITANGUY, 2005).

Por ser um tema polêmico no processo constituinte, o movimento entrou em acordo com os parlamentares progressistas de que o aborto poderia ser regulamentado pela legislação ordinária e não precisaria ser matéria constitucional (ROCHA; NETO, 2003).

A Constituição de 1988 assegurou os direitos de igualdade de homens e mulheres perante a lei. Foi garantida igualdade no trabalho e na sociedade conjugal. Ficaram caucionadas: licença-gestante de cento e vinte dias e licença-paternidade de cinco dias; mecanismos para coibir a violência doméstica e propiciar o planejamento familiar, como decisão livre do casal, entre outras¹⁷. A ampla mobilização dos grupos feministas, das associações de mulheres da sociedade civil, com o apoio do CNDM, explica tal resultado e evidencia o poder da intervenção feminista nesse importante momento de redemocratização do país.

Após a participação do movimento feminista na Constituinte, o CNDM intensificou seu trabalho, dando prioridade às temáticas consideradas ameaçadoras a uma estrutura estatal que mantinha resquícios de autoritarismo. Entre essas temáticas estavam as questões dos direitos das trabalhadoras rurais, dos direitos reprodutivos, especialmente o aborto, como também a campanha nacional relacionada às mulheres negras (SCAVONE, 2012). Na ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura no país, em 1988¹⁸, a Comissão da Mulher Negra do CNDM organizou a campanha Mulher negra, 100 anos de discriminação, 100 anos de afirmação, que não foi bem

¹⁶ O deputado Ulysses Guimarães foi um ícone da campanha Direta Já.

¹⁷ Cap. I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º; Cap. II – Dos Direitos Sociais, Art. 6º e Art. 7º, inciso XVIII; Cap. VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, Art. 226, parágrafos 7 e 8 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

¹⁸ A escravidão no Brasil durou mais de três séculos. Sua abolição foi decretada em 1888, sem dar nenhuma proteção social e econômica aos escravos, o que dificultou a integração dos negros libertos na sociedade brasileira. Por não possuírem qualificação, os negros ficaram à margem do mercado de trabalho e, mesmo como assalariados, não podiam concorrer na mesma base de igualdade com os brancos. Há um modelo de valorização dos brancos e o preconceito racial no país é disfarçado, marcado pela discriminação dos negros (FERNANDES, 1965; HASENBALG, 2005).

recebida pelo Ministério da Justiça e contou com programação de ciclo de debates e a participação da Pastoral da Terra, Anistia Internacional e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (PITANGUY, 2002).

Em um contexto em que as forças políticas conservadoras ganhavam cada vez mais espaço, no fim da gestão do presidente José Sarney (1985-1990), houve uma renúncia coletiva de membros do CNDM: presidente, conselheiras e a maioria expressiva do corpo técnico e administrativo renunciaram, capitulando diante das pressões políticas adversas. Na gestão posterior, o CNDM perdeu seu perfil político feminista, foram nomeadas mulheres conservadoras para compor o Conselho na gestão de Fernando Collor de Melo (1991-1992). Nos anos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o CNDM não teve muita expressão, pois lhe foi retirado o *status* executivo (GRAÇA; NALAGUETI, 2020). Em 2003, a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-2011), o CNDM passou a integrar a nova Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a qual, com *status* de Secretaria de Estado, promove políticas feministas.

Expansão dos estudos de gênero e das Organizações Não Governamentais (ONGs)

Destaca-se, a partir dos anos 1980, o desenvolvimento das pesquisas e estudos acadêmicos sobre as mulheres no país. Dos concursos de pesquisas financiados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (1978-1998) à criação de núcleos de pesquisa nas universidades, tal produção país passou a ser um importante lugar de reflexão feminista autônoma, que não parou de crescer e ganhou reconhecimento acadêmico. No ano de 1981, um grupo de feministas pesquisadoras, jornalistas, intelectuais lançou o jornal *Mulherio* (1982-1987), vanguarda na discussão de questões feministas na imprensa, tais quais: licença-paternidade para os pais, democracia doméstica, o movimento de mulheres negras, a descriminalização do aborto (TELES, 1993).

A produção de pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado nas áreas de saúde, violência, política, trabalho, educação, sexualidade continuaram a crescer nas décadas seguintes, contribuindo para refletir, assessorar e acompanhar as ações políticas feministas no país. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) tem incentivado pesquisas de gênero, com o objetivo de fortalecer o lugar das mulheres na ciência. Esse apoio se dá em diferentes níveis de formação, baseado na política de educação inclusiva (GROSSI; MINELLA; LOSSO, 2006).

A partir dos anos 1990, duas publicações tornaram-se referências nacionais na área. A revista *Estudos Feministas*, lançada em 1992 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, sediada na Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC) e a revista *Cadernos Pagu*, inaugurada em 1993, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Elas são consideradas revistas de excelência no meio acadêmico. Em 2005, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Mestrado e Doutorado, na Universidade Federal de Salvador (UFBA), primeiro no país e na América Latina com formação específica na área.

Cabe observar que o feminismo acadêmico no Brasil se integrou à comunidade científica, por ela foi reconhecido e continuou a manter a ligação política com sua própria história (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002; CORRÊA, 2001). Há uma retroalimentação do movimento com a produção científica, e vice-versa, pela manutenção de uma troca de experiências entre pesquisadoras, cientistas, militantes, o que proporciona um rico diálogo entre a teoria e a prática política.

No fim dos anos 1980, ampliaram-se as Organizações Não Governamentais (ONGs) e a profissionalização do movimento; além disso, novos grupos se formaram em torno de questões específicas. Saídos do movimento negro (composto pelos dois sexos) e do feminista (branco e europeizado), surgem os grupos feministas negros, entre os quais, o GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988 – com uma proposta de combater o racismo, o sexismo e a exclusão social –, precursor dos grupos que surgiram a partir dos anos 1990.

A reflexão específica das mulheres negras conduziu à reapropriação de suas origens históricas e culturais africanas, ao questionamento dos estereótipos da sua sexualidade, à verificação de indicadores específicos de saúde e mortalidade. Isso resultou em uma análise mais visível da articulação das questões de gênero, de raça e de classe social. Tal processo contribuiu, e continua contribuindo, para a construção de uma sociedade democrática do ponto de vista racial e social no país (CARNEIRO, 2002; GONZALES, 1983). Há por parte das políticas públicas direcionadas às mulheres uma atenção especial à questão da raça/etnia, que aparece articulada com a discriminação de gênero no trabalho, educação, violência, saúde, política, sexualidade, entre outras (BRASIL, 2005).

As subdivisões do movimento aumentaram consideravelmente da década de 1990 em diante: há o movimento lésbico que saí do movimento feminista (heterossexual) e *gay*; as mulheres negras lésbicas, que saem do movimento feminista negro; as feministas católicas, entre outras. Tal dispersão é articulada pela formação de redes virtuais e/ou reais que buscam aglutinar as divisões temáticas, no espaço nacional e latino-americano.

Essas redes privilegiaram dois grandes eixos de debate: a saúde reprodutiva (direitos sexuais e reprodutivos) e a violência de gênero. Esses eixos possibilitaram uma articulação ampla, pois atravessavam os interesses de cada grupo específico. Entre tais redes destacam-se a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (REDESAUDE) e a Rede de Saúde das Mulheres Latino-americana

e do Caribe (RMLAC). Destacam-se também: Articulação Nacional das Mulheres Negras (AMN); Rede de Educação Popular entre Mulheres (REPEM); Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB); Rede de Estudos e Pesquisa Feministas (REDEFEM); Rede de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e Relações de Gênero (REDOR), entre outras. A REDESAÚDE, por exemplo, produziu dossiês com informações temáticas sobre a saúde das mulheres; sistematizou, por meio de pesquisas, informações necessárias para assessorar as políticas sociais da área.

As reuniões preparatórias das Conferências Internacionais dos anos 1990, com a participação que as feministas aí tiveram, contribuíram para legitimar, em nível político nacional, demandas feministas já existentes. Também serviram como parâmetro de acompanhamento das políticas em benefício das mulheres no país (PITANGUY, 2002). Entre elas: a Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente, no Rio de Janeiro, 1992, quando o feminismo brasileiro organizou uma importante força paralela, *O Planeta Fêmea*; Conferência de Direitos Humanos, Viena (Áustria), 1993; Conferência da População e Desenvolvimento, Cairo, 1994; Conferência Internacional da Mulher, Beijing, 1995; Cúpula Social na Dinamarca, 1995; Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, África do Sul, 2001. No início dos anos 2000, a ocorrência dos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre, sul do Brasil, foi outro polo articulador dos diferentes grupos.

As duas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres realizadas pela SPM (2006, 2007) resultaram nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, frutos do diálogo da sociedade civil com o governo. Esses planos incluem diversos programas nas áreas de trabalho, saúde, violência, educação, política. O Programa Pró-Equidade de Gênero, por exemplo, tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades entre os gêneros no trabalho, desde a seleção, formação, promoção e remuneração nas empresas públicas (BRASIL, 2005-2006).

Políticas Feministas de Saúde e de Combate à Violência

Por meio da questão da saúde reprodutiva, o movimento feminista interveio, em 1983, na proposta do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborada pelo Ministério da Saúde, que substituiu o antigo programa Materno-Infantil. A criação desse programa, durante a considerada transição democrática, foi explicada pela inquietude do governo com o crescimento populacional, decorrente das cláusulas relacionadas aos empréstimos internacionais.

Além disso, pressão do movimento feminista e de setores da sociedade civil contra a política de controle da natalidade no país e a participação de médicas e técnicas feministas do Ministério da Saúde na discussão do PAISM contribuíram

para que o Programa tivesse um caráter inédito e progressista diante das políticas de saúde anteriores. O PAISM propunha um atendimento à saúde das mulheres em todas as fases da vida, não as limitando à fase reprodutiva, e respeitava a liberdade dos casais no planejamento familiar.

As médicas feministas que trabalhavam no Ministério da Saúde propuseram a criação da Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução Humana (1985-1988), instituída com a finalidade de trazer as vozes da sociedade civil para assessorar o PAISM. A Comissão, composta por feministas, profissionais de saúde, cientistas e parlamentares, fez um levantamento das atividades das organizações que atuavam com financiamento externo, sem restrições normativas, na área da reprodução humana: distribuição indiscriminada de anticoncepcionais, pesquisas de novos contraceptivos, reprodução assistida, esterilização feminina (OLIVEIRA, 2005; REIS, 2005). O PAISM teve inúmeras dificuldades de êxito em sua implantação nas décadas seguintes, não só pela falta de infraestrutura na saúde pública para aplicá-lo, como também pela falta de interesse político em continuá-lo (RIBEIRO, 1993).

Em 1986, 26,9% das mulheres em idade reprodutiva em união haviam se esterilizado, em 1996 este índice atinge, 40.1% (BRASIL, 1997). Inicialmente o feminismo denunciou o crescimento inexorável do fenômeno, sua associação com partos por cesariana, política de controle de populações mais pobres e/ou da raça negra, seu caráter definitivo. Constatava-se, entretanto, que as mulheres brasileiras de todas as classes buscavam a esterilização por ser um recurso seguro e, seguidamente, pagavam para realizá-la. No fim dos anos 1990, houve uma mudança no teor do debate, e alguns grupos feministas passaram a apoiar a sua regulamentação para evitar abusos.

Em 1997, governo FHC promulgou uma lei federal de planejamento familiar que estabeleceu critérios para o acesso à esterilização voluntária masculina e feminina, nos serviços públicos de saúde: idade acima de 25 anos, ter pelo menos dois filhos/as, ser informado de seus riscos e benefícios, ser realizada independentemente do parto. O regulamento proporcionou um aumento da esterilização masculina e uma diminuição da esterilização em mulheres muito jovens e sem filhos.

O aborto sempre foi um sério problema político para o feminismo brasileiro. Ele é proibido no país, com base no Código Penal de 1940, pelo qual é considerado crime, salvo por dois permissivos legais: risco de vida da mulher e gravidez decorrente do estupro. É um crime raramente punido, tanto para as mulheres que o realizam, como para as parteiras, ou para os médicos que o executam, mesmo com ocorrência de morte da gestante (ARDAILLON, 1997).

A trajetória do debate e das ações políticas feministas em prol da liberalização do aborto no país foi marcada por avanços, recuos e, sobretudo, por inúmeras negociações políticas. Da omissão da palavra aborto, nos meados dos anos de 1970 – para assegurar as alianças políticas com os setores da esquerda e da Igreja católica

progressista na luta contra a ditadura – à opção política pela descriminalização e pela efetivação dos casos previstos por lei, o percurso das políticas feministas para tratar do problema indica o poder das forças conservadoras em jogo.

No fim da década de 1970, o feminismo brasileiro já tinha uma posição política sobre o aborto fundamentada no princípio do direito individual. Ao contornarem demandas abertas pelo direito ao aborto, as feministas costumavam substituí-las por fórmulas gerais, tais como: **direito de decidir pelo número de filhos desejados, direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo**, entre outras.

No começo dos anos de 1980, a publicação *O que é aborto*, da Frente Feminista de Mulheres de São Paulo (BARROSO; CUNHA, 1980), considerava-o como um direito de autonomia e ressaltava os perigos à saúde decorrentes de sua clandestinidade. Já estavam aí explícitas duas táticas utilizadas pelo feminismo para legalizar o aborto: a questão dos direitos e a questão social.

O aborto como problema social está relacionado às condições precárias em que ele é realizado, colocando a saúde e a vida das mulheres em risco. Essa posição foi fortalecida nas Conferências do Cairo e de Beijing. O feminismo passou a tratar do **aborto inseguro** e a considerar que a alta incidência de abortos clandestinos no país – em torno de 1 milhão por ano – é um problema de saúde pública. O aborto é a quarta causa da mortalidade materna no país (REDESAÚDE, 2001).

A questão dos direitos foi aprimorada a partir dos meados dos anos de 1980, quando o feminismo brasileiro começou a utilizar a noção dos direitos reprodutivos. Tal conceito remetia a uma das idéias fundadoras do feminismo contemporâneo: o direito ao próprio corpo, baseado nos princípios de autonomia e liberdade, expresso na máxima feminista **nosso corpo nos pertence**. A ideia de geração de direitos é utilizada pelas Nações Unidas para situar o estágio histórico do debate dos direitos humanos (JELIN, 1994; ÁVILA, 1999).

Esse conceito propagou-se no feminismo brasileiro a partir da sessão do Tribunal Internacional de Saúde e Direitos Reprodutivos, realizado em Encontro de Saúde da Mulher, em Amsterdã, 1984. A noção de direitos reprodutivos foi acatada pelo grupo de brasileiras ali presentes e, em seguida, incorporada à linguagem feminista uma década antes de ter sido consagrada nas conferências do Cairo e de Beijing (CORRÊA; ÁVILA, 2003).

Em 1989, no Encontro Nacional Saúde da Mulher, um Direito a ser conquistado, organizado pelo CNDM, há uma demanda explícita por sua descriminalização (BARSTED, 1992). Ao constatar que vários segmentos da sociedade não apoiavam a criminalização do aborto, mesmo que o condenassem moralmente, o feminismo brasileiro considerou que esta seria a melhor tática política para sensibilizar setores progressistas da sociedade e derrubar a condenação do Código Penal. De fato, nos anos de 1990, o movimento já não estava tão solitário

nessa luta, com a adesão crescente de novos segmentos sociais: profissionais de saúde, juristas e parlamentares. Foi o período em que houve maior número de projetos de lei relacionados ao aborto no Congresso Nacional.

A garantia do direito nos casos previstos por lei, os quais eram desconsiderados pelos serviços públicos de saúde, só foi efetivada em 1989, quando a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (1989-1993), instalou o primeiro serviço de aborto previsto por lei. O feminismo centrou sua luta na garantia da aplicação da lei e buscou ampliá-la para outros casos. Destaca-se o grupo das Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), pois constitui uma oposição importante no seio da própria Igreja católica, uma das mais fortes opositoras da liberação do aborto no país.

Em 2004, a Primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres afirmou a existência de um estado laico e recomendou a revisão da criminalização do aborto. A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) designou uma Comissão Tripartite, com representantes do Executivo, Legislativo e Sociedade Civil (inclusive feministas), para discutir a questão do aborto. Essa Comissão elaborou um projeto preliminar de descriminalização e legalização do aborto, que foi enviado ao Congresso e que ainda aguarda votação.

No fim de 2007, o governo lançou um Programa Especial de Planejamento Familiar que foi apoiado por um grupo de feministas, que aproveitou a ocasião para manifestar os princípios feministas do estado laico, dos direitos reprodutivos, da questão do aborto inseguro e do projeto de descriminalização.

O destaque que o feminismo deu dos meados da década de 1970 em diante à violência contra as mulheres surtiu efeitos políticos institucionais. Destacam-se as campanhas nacionais contra os assassinatos de mulheres, nas quais o caso de Ângela Diniz (1976), assassinada por seu namorado, virou um símbolo da luta contra a violência às mulheres. Absolvido no primeiro julgamento, as feministas lançaram uma mobilização nacional, *Quem ama não mata*, que se espalhou rapidamente pela mídia; levado ao segundo julgamento, o criminoso foi condenado. A absolvição tinha sido baseada na tese jurídica da legítima defesa da honra, pois o assassino alegava ter sido traído. Esse recurso jurídico perdurou até março de 2005, quando foi promulgada a lei que revogou o adultério como crime contra o casamento, presente no Código Penal de 1940.

As experiências desenvolvidas pelos grupos feministas autônomos SOS Violência foram outra forma de buscar resolução ao problema. O aprofundamento da questão em encontros nacionais, regionais, como o de Valinhos-SP, em 1980, também criou condições de viabilizar saídas políticas para a questão. Entretanto, o problema envolvia a esfera policial quando as mulheres registravam queixa contra o agressor e a esfera jurídica no caso de separação judicial. O registro da queixa nas delegacias era penoso, dado o despreparo dos policiais para a questão, o que resultava em atitudes constrangedoras para as mulheres.

Nos meados dos anos de 1980, foram criadas as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) – a primeira nasceu em São Paulo (1985) – e se tornaram parte da política de Estado contra a violência de gênero. Expandiram-se no Brasil e se espalharam em outros países; hoje elas existem na Argentina, Uruguai, Colômbia, Equador, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Espanha, Paquistão e Índia (BRASIL, 2006).

A proposta foi criar um espaço estatal que desse uma cobertura jurídica, policial e psicológica ao combate e prevenção à violência contra as mulheres. Constituir um espaço que, sem a carga do machismo policial, possibilitasse às mulheres agredidas se expressarem, sem constrangimentos, sobre a violência física, psicológica e/ou sexual vivida.

Para tanto, as DDMs foram constituídas por policiais mulheres, delegadas, escrivãs, investigadoras e por uma equipe de assistentes sociais e psicólogas; a ideia foi dar atenção diferenciada integral às mulheres em situação de violência. Assim, as mulheres poderiam registrar a queixa contra os agressores (em geral maridos, companheiros), providenciar a separação conjugal no serviço social, ou buscar superar os traumas das agressões sofridas e identificar os problemas do relacionamento (em geral alcoolismo) (IZUMINO, 2003).

Prevvia-se a necessidade de uma capacitação especial sobre gênero para que a equipe de atendimento estivesse preparada para tratar a questão como resultante de uma relação do casal ou familiar. O crescimento do trabalho das delegacias mostrou numerosas falhas em seu sistema, provenientes não só do despreparo das equipes, mas também de uma falta de padronização dos procedimentos, já que elas são vinculadas aos governos estaduais, cada um com suas características e orçamentos¹⁹.

A SPM buscou integrar os diversos serviços existentes, em um plano nacional de Enfrentamento à violência contra às mulheres, integrado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Neste plano está inclusa a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tipifica a violência doméstica e familiar como um crime, podendo o agressor ser preso em flagrante. Essa lei tem provocado muita discussão, pelo seu caráter punitivo, e não há consenso entre as feministas. O documento “Enfrentamento à violência contra a mulher”, indica que em 2007 foram registradas no país 399 DDMs em funcionamento, 90 Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e 65 Casas Abrigo, 15 Juizados de Violência Doméstica e Familiar (BRASIL, 2007).

A descrição da ação política das mulheres brasileiras, nos últimos 40 anos, reafirma a força de um movimento social na construção de uma sociedade justa e

¹⁹ Pesquisa de SAFFIOTI (2004) indica a falta de treinamento das equipes como possível ponto fraco das DDMs no Brasil.

igualitária. Força que teve suas origens no século XIX, quando uma precursora como Nísia Floresta se indignou com a discriminação social e política das brasileiras, ou, então, quando Bertha Lutz, no começo do século XX, iniciou a luta pelos direitos civis, que culminou com a conquista do voto para as brasileiras em 1932.

Da resistência ao autoritarismo dos anos 1970-1980, aos diálogos internacionais e à onguização do movimento dos anos 1990, à experiência de um feminismo de Estado, nos anos 2000, constatamos que os ganhos feministas para as mulheres e a democracia brasileira não são desprezíveis. Se utilizarmos como parâmetro de comparação as conquistas dos direitos sociais e políticos das mulheres nas democracias dos países centrais, há ainda muito a ser alcançado. Mas, se olharmos esta História pelo lado do Sul, constataremos que a experiência da ação política feminista no país não deve ser desperdiçada, e sim utilizada pelas mulheres brasileiras como ponto de referência primordial para dar continuidade a suas aspirações.

DEMOCRACY AND FEMINISM IN BRAZIL

ABSTRACT: *This text relates to the history of feminism concerning the period of military dictatorship in Brazil (1964-1985): the so called “years of lead”, the democratic transition, the return to democracy. It presents the trajectory of the feminist movement which, during that time, consolidates itself in the organizational, federal and political context. A movement which, with their own requirements, played a fundamental role in the process of democratization. It refers to the exchange of feminist experiences, including those with exiled Brazilians, which resulted in contacts with other emerging social movements: women from the poor neighborhoods, black and homosexual female. This orientation of the feminist movement defined its actions in two major areas, regarding the formulation of social policies and the expansion of the debate about democratization: reproductive health and violence against women. This led the movement towards the lower classes, those deprived of their rights to health programs and their rights to assistance against the harm caused by violence. This text lists the gains, not negligible, for both Brazilian women and the Brazilian democracy as the results of the resistance to the authoritarianism in the years of military dictatorship, of the international dialogues and dialogues with other social movements as well.*

KEYWORDS: *Democracy. Feminism. Military Dictatorship. Brazil.*

DEMOCRACIA Y FEMINISMO EN BRASIL

RESUMEN: *Este texto se refiere a la historia del feminismo en relación con los periodos de la dictadura militar (1964-1985): años de plomo, transición democrática, retorno a la democracia. Presenta la trayectoria del movimiento feminista, que en ese momento se consolidó a nivel organizativo, estatal y político y que, con sus propias reivindicaciones, representó uno de los principales actores del proceso de democratización. Se refiere a los intercambios de experiencias feministas, incluso con mujeres brasileñas en el exilio, que resultaron en contactos con otros movimientos sociales emergentes: mujeres de la periferia, negras y homosexuales. Esta dirección del movimiento feminista definió sus acciones en dos grandes áreas, relacionadas con la formulación de políticas sociales y la expansión del debate sobre la democratización: la salud reproductiva y la violencia contra la mujer, que condujo al movimiento hacia las clases populares, privadas de derechos de salud y de derechos de asistencia contra los daños de la violencia. Menciona conquistas relevantes para las mujeres y la democracia brasileña como resultado de la resistencia al autoritarismo de los años de la dictadura militar, de los diálogos internacionales y con otros movimientos sociales.*

PALABRAS CLAVE: *Democracia. Feminismo. Dictadura militar. Brasil.*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO C. Potencialidades e limites da Política de Cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.9, n.1, p.231-252, 2001.

ARDAILLON D. O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol. V, n.2, p.376-388, 1997.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Ed. Unesp, 2001.

ÁVILA, M. B. Feminismo y ciudadanía: la producción de nuevos derechos. In: SCAVONE L. (ed.). **Gênero y Salud Reproductiva em América Latina**. Cartago, Libro Universitario Regional (LUR), p.57-83, 1999.

BARROSO C. e CUNHA M.J. C. **O que é o Aborto**. Frente de Mulheres Feministas: São Paulo, Editora Cortez, 1980.

BARSTED, L. A. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n.0, p.104-130, 1992.

BERQUÓ E. (ed./dir.). **Sexo & Vida**. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

BLAY, E. A. **As prefeitas**. São Paulo: Avenir, 1981.

BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (org.). **Mulher e Política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres II. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acessado em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial De Políticas Para Mulheres. Enfrentamento à Violência contra Mulher. Balanço de Ações 2006-2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MICRODADOS. Rio de Janeiro, 1981; 2002; 2007.

BRASIL. Microdados 1981; 2002; 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acessado em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM). Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Programa Pró-Equidade de Gênero. Brasília, 2005-2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Pesquisa Nacional Demografia e Saúde. Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) e Programa de Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS) Macro International Inc. 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. Os Programas de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI C. e UNBEHAUM, S. (eds.). **Gênero, Democracia e Sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/ Editora 34, 2002.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Nosotras: Imprensa feminista no exílio e a descoberta do gênero.** VII Colóquio Brasil-França, 2004. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=CARDOSO%2C+E.+Imprensa+feminista+no+ex%3%ADlio+e+a+descoberta+do+g%C3%AAnero%2C+VII+Col%3%B3quio+Brasil-Fran%3%A7a%2C+2004&oq=CARDOSO%2C+E.+Imprensa+feminista+no+ex%3%ADlio+e+a+descoberta+do+g%C3%AAnero%2C+VII+Col%3%B3quio+Brasil-Fran%3%A7a%2C+2004&aqs=chrome..69i57.2030j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARDOSO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista brasileira pós-74. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, vol.12, N.E, p.37-55, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARNEIRO, S. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC/Editora 34, 2002.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil, o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, S. S. **Feminismos Contemporâneos: os discursos e as práticas de grupos feministas em São Paulo.** Tese de Doutorado, Araraquara. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FCL, UNESP, 2008.

COLLING, M. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil,** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

CONSTITUINTE 1987. Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Câmara dos Deputados. **Portal das Constituições.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres. Acesso em: 23 mar. 2020.

CORRÊA M. Do feminismo aos estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu,** n. 16, p.13-30, 2001.

CORRÊA, S. e ÁVILA M. A. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ, E. (ed./dir.). **Sexo & Vida.** Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero.** V. 5, N. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em: 26 mar. 2020.

COSTA, A. O. *et al.* **Memórias das mulheres do Exílio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, C. T. **Cale-se.** São Paulo: Editora Girafa, 2003.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 27, n. 1, e53564, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100400&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2020.

DOSSIÊ – Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris 1976-1978. [Datilografado]. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC). Archives. F delta 1120(11) Recueil. Brésiliennes en France. Documents.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Edusp, 1965.

FERREIRA, E. F. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M. Os bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão. Tese de Doutorado. Araraquara. Faculdade de Ciências e Letras - FCL, UNESP, 2006.

GARCIA, M.A. O Gênero da Militância – Notas sobre as possibilidades de uma outra História da Ação Política. **Cadernos Pagu**, vol. 8/9, 1997.

GARCIA, M. A. Iara, história e cotidiano. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p.210-212, 1993.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDEBERG, A. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações Sociais de Gênero versus Relações Sociais de Sexo. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero*, USP, p.1-45, 1989.

GOLDEBERG, A. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1983. Disponível em: <https://disciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GRAÇA, E. M. e M. NALAGUETI. Orçamento e gênero, a luta pela Igualdade: os oito anos do governo FHC. **CFEMEA**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GROSSI, M. P.; MINELLA. L. S.; LOSSO J. M, (editoras) **Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras sobre violência (1975-2005)**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HAHNER J. E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HASENBALG C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: ED. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IZUMINO, W.P. Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP, FFLCH, 2003.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 2, n. 3, p.117, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16293>. Acesso em: 09 mar. 2020.

LEITE, R.C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Vol. 11, n.1, 2003.

MORAES, M. L. Q. de. **A experiência Feminista dos Anos Setenta**. Araraquara, FCL/UNESP, 1990.

MOREIRA L. L. M. **Outra face do Feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

OLIVEIRA, E. M. As relações de Gênero entre mães e filha/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. XX Encontro Associação Nacional Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, Caxambu, 1996.

OLIVEIRA, E. M. A re-apropriação do corpo feminino: do confinamento doméstico à reinvenção de novos espaços de cidadania. Tese Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo - USP, SP,1990.

OLIVEIRA, F. Saúde integral para as mulheres: ontem, hoje e perspectivas. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, Encarte Especial: PAISM, 20 anos depois, 27, p.6-9, 2005.

PATARRA, J. L. **Iara**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PEDRO, J. M. Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. V. 26, nº 52, p.249-272, 2006.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PITANGUY, J. **Jornal Mulheres em Pauta**. Ano IV, n.7, Brasília, 16 de junho de 2005.

PITANGUY, J. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM). Documento de 2002. Disponível em: <http://www.eclac.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020

REDESAÚDE. Dossiê Aborto Inseguro. São Paulo, **Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos**, 2001.

REIS A. Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução: ajudando a recuperar a História. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**. Encarte Especial: PAISM, 20 anos depois, 2005.

RIBEIRO, M. Direitos Reprodutivos e Políticas Descartáveis. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v.1, n.2, p.400-7, 1993.

RIDENTI, M. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Edunesp, 1993.

ROCHA, M. I. B. e NETO, J. A. A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos. *In*: BERQUÓ, E. (ed./dir.) **Sexo & Vida**. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em Cena**: experiências, falas e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes, mito e realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

SALEM, H. Ex-militante inspira personagens femininas. Entrevista com Vera Silva. *In*: D.F. AARÃO REIS. **Versões e Ficções**: o sequestro da História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

SARTI, C. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, v.16, p.31-48, 2001.

SASSE, Cintia. Evolução do número de mulheres no Legislativo. **Agência Senado**. Brasília, 28 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/09/28/evolucao-do-numero-de-mulheres-no-legislativo>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCAVONE Lucila. Gênero, Feminismos e Políticas Sociais. *In*: SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). **Desafios à segurança pública**: controle social, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SCAVONE Lucila. **Dar a vida e Cuidar da vida**. Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCAVONE Lucila. Mulheres pesquisando mulheres: uma experiência na área de saúde. *In*: LABRA, M.E. **Mulher, saúde e sociedade**. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1989.

SCAVONE Lucila. *Femme, Église et Société: le cas du Brésil*. IHEAL/Paris III, Doctorat III Cycle, 1979.

SCAVONE, Lucila; BRETIN, Hélène; THÉBAUD-MONY, Annie. Contracepção, controle demográfico e desigualdades sociais: análise comparativa franco-brasileira. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ANO 2, 2º Semestre 1994.

SCHUMAHER, S. **O lobby do Batom**. Rio de Janeiro: Documento Impresso, 2007.

SCHUMAHER, S. e BRAZIL, V. E. **Dicionário das Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHUMAER, M.A.; VARGAS, E. Lugar no Governo: álibi ou conquista. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, Vol. 1, n.2, p.348-364, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. N.16, vol.2, p.5-22, 1990.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Enfrentamento à Violência contra Mulher**. Brasília, 2007.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Plano Nacional de Políticas das Mulheres I e II**, Presidência da República. Brasília, 2006-8.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Brasília, 2006.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Programa Pró-Equidade de Gênero**. Brasília, 2005-2006.

SKIDIMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOIHET, R. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.

SUAREZ M. e BANDEIRA L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: M. C. BRUSCHINI e S. UNBEHAUM (eds.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002.

TABAK F. e TOSCANO M. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VENTURI G. *et al.* **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Recebido em 20/08/2019.

Aprovado em 31/05/2020.

